

HABITAÇÃO E CIDADE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor

Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Diretor

Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky

Vice-Diretor

Prof. Dr. Murilo de Azevedo Marx

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ESTÉTICA DE PROJETO

Chefe

Prof. Benedicto Lima de Toledo

FAPESP

Diretor Presidente

Prof. Dr. Francisco Romeu Landi

Diretor Administrativo

Prof. Dr. Joaquim J. de Camargo Engler

Diretor Científico

Prof. Dr. José Fernando Perez

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Profa. Dra. Maria Ruth A. de Sampaio

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elísio Yamada e E. Koseki

CAPA

Elísio Yamada

PRODUÇÃO GRÁFICA E IMPRESSÃO

Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

DISTRIBUIÇÃO

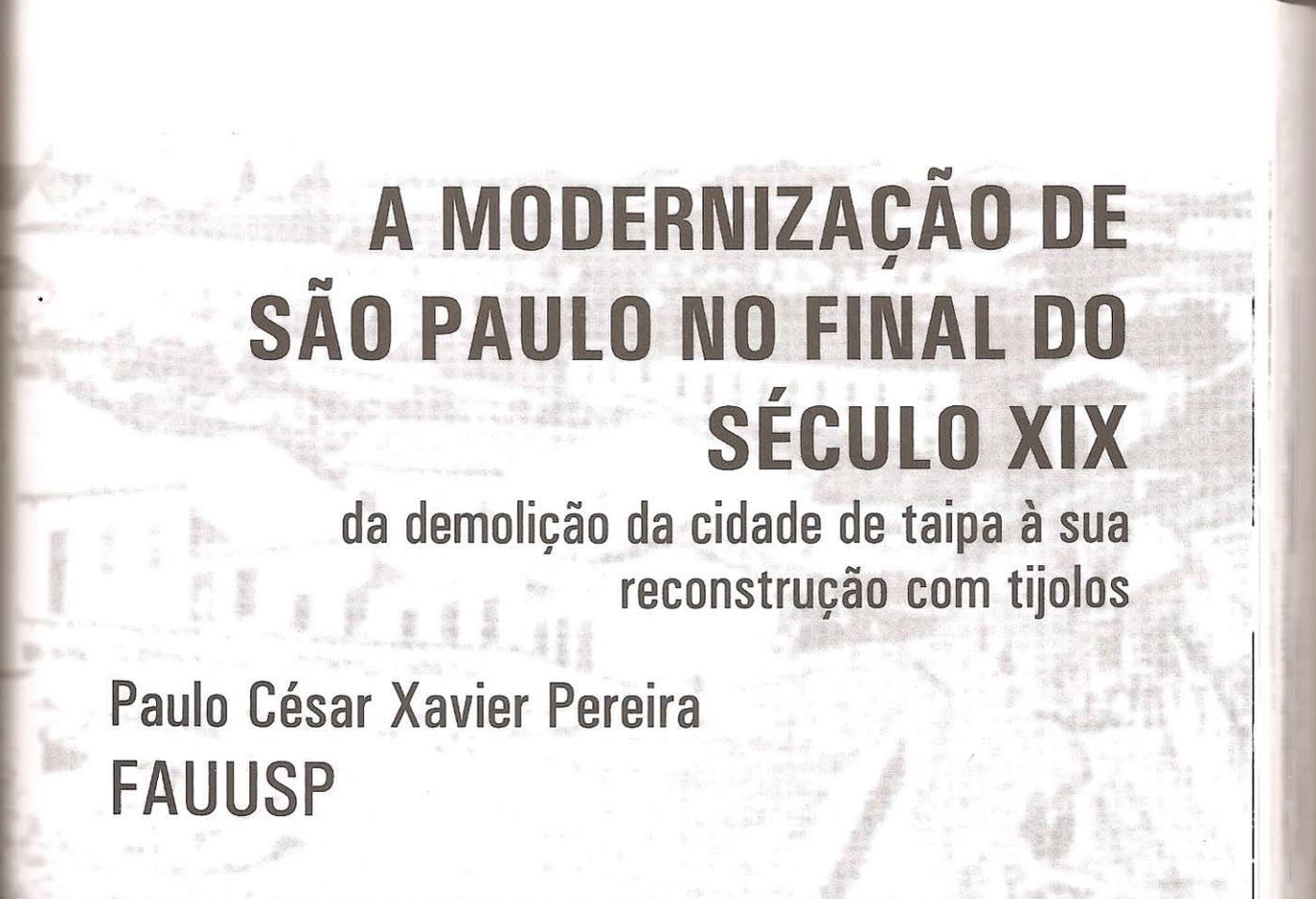
Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Seção de Publicações
Rua do Lago, 876 – Cidade Universitária
Butantã – 05508-900 – São Paulo – SP
tel (011) 818 4815 / fax (011) 818 2932

HABITAÇÃO E CIDADE

são paulo – fausp, junho de 1998



imagem da capa: Malta, 1906



A MODERNIZAÇÃO DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX

da demolição da cidade de taipa à sua
reconstrução com tijolos

Paulo César Xavier Pereira
FAUUSP

1. INTRODUÇÃO

Em São Paulo, por mais de três séculos, o uso da taipa-de-pilão caracterizou as construções. Ainda em meados do século 19 as primeiras fotos de Militão Azevedo (1860) mostram uma cidade um pouco maior que o originário “triângulo central” do século 16, e com cerca de 20.000 habitantes. Era ainda uma cidade quase totalmente construída em taipa, onde edifícios de porte eram igrejas ou mosteiros.

A inauguração da estrada San Paulo Railway Company Ltda. (1867) e os melhoramentos urbanos criados no governo de João Theodoro Xavier (1872) assinalam um novo contexto proporcionado pela efervescência da economia cafeeira, com as fazendas interiorizando-se no oeste paulista e reforçando São Paulo como centro de negócios. A transformação da arquitetura urbana foi significativa, além do abandono do uso da taipa pelas construções em tijolos, a capital começou a equipar-se com redes de distribuição de água, de captação de esgotos, de iluminação a gás e de transportes coletivos. Figurava na origem do capital destas empresas de serviços coletivos uma mescla de fazendeiros e empresários urbanos.

O objetivo deste texto é discutir como estas transformações, vinham ocorrendo desde meados do século passado e significavam a emergência de uma nova sociabilidade – moderna –, que encontra seus fundamentos no assalariamento do trabalho e na absolutização da propriedade da terra.

A partir da análise destes fundamentos se procura compreender o que, realmente, significou a modernização da maneira de morar e de construir na cidade de São Paulo

no século 19. Transformação que capeada pela pretensa inferioridade da taipa justificou demolir uma cidade inteira e reconstruí-la com tijolos. O interesse desta análise é de contribuir para uma explicação da transformação da arquitetura levando em consideração condicionantes sociais e políticos com o objetivo de indicar o quanto é importante relativizar a idéia de que a transformação do sistema construtivo se deva sempre a uma determinação de ordem técnica.

Neste texto, discutir a modernização de São Paulo, como foi o caso da demolição da cidade colonial toda feita de taipa e sua reconstrução com tijolos no final do século 19, serve para mostrar como nesta cidade o desfazer de sua antiga arquitetura e de seus construtores, implicou em ocultar vestígios de sua memória sem sobrepular o passado colonial. Estratégia de negação e esquecimento, mas não de superação do passado mesmo porque seqüelas da escravidão se aprofundaram na rápida reconstrução da cidade. Neste quadro, demolir para depois reconstruir mais do que a necessidade urbana da função material da cidade, significou inventar/construir uma nova representação social dos interesses políticos e econômicos emergentes. Significou, sobretudo, a partir de um projeto civilizador arquitetado pelos fazendeiros do café, responder à emergência de novas necessidades, onde interesses urbanos dominantes pudessem – através da urbanização e da política de construções – aparecer no imaginário social como se fossem de interesse geral e coletivo.

2. A CIDADE DE TAIPA

Em São Paulo a tradição era o uso da taipa; o predomínio desta técnica construtiva a singularizava no conjunto da Colônia. Para compreendê-la é preciso lembrar que nesta província, diferente das outras mais prósperas, o uso do trabalho compulsório do africano não foi relevante desde o primeiro momento, vindo a sê-lo apenas no século 19 com a expansão da economia escravista cafeeira. Até então, esta província manteve singularidades relacionadas ao caráter subsidiário da economia paulista no contexto colonial¹.

Conforme cartas escritas, em 1841, pelo arquiteto Louis Leger Vauthier sobre as casas de residência no Brasil, numa exceção à regra geral da arquitetura urbana brasileira as “casas de taipa caracterizam a Província de São Paulo, O comum é o tijolo que geralmente não é caro e cuja mão-de-obra não exige nem grandes cuidados nem grande habilidade, e permite dar às paredes uma espessura pequena”. (Vauthier, 1975, p. 48)

Em São Paulo, estas casas se particularizavam pelo predomínio e franca preferência pelo “maisons en pisé”, segundo palavras do citado arquiteto francês. Apenas considerando as particularidades do caráter subsidiário da economia paulista, desde o período colonial até a cafeicultura, e do uso e abuso do trabalho do indígena em São Paulo, se pode compreender a permanência deste sistema construtivo na região. Nesta Província, a origem indígena da mão-de-obra para construções foi importante até o advento da cafeicultura. Apenas



1862 - Rua da Constituição

em 1872, quando a escravidão já estava em crise no Brasil e se ensaiava uma política imigratória sistemática para São Paulo, se tem indicação de uma presença, relativamente significativa, do escravo negro entre os “trabalhadores de edificações”². Provavelmente por estas particularidades, se em muitas cidades, escravos “peritos” da construção ficam esquecidos, em São Paulo são conhecidos os comentários de feitos de um ou de vários Tebas. Isto é, os feitos de escravos que dada a qualidade de seu trabalho na construção alcançaram a alforria e permaneceram para a história da arquitetura desta cidade.

Para Nuto Sant’Anna, um memorialista paulistano, o nome Tebas “popularizou-se graças às artes apuradas de um pedreiro que aqui viveu no século 17. Ganhou nomeada de escritor, entrando para a lenda e para a história”. (Sant’Anna, 1944, p. 199). Para o arquiteto e historiador da cidade de São Paulo, o nome Tebas “simbolizava bem o taifeiro, anônimo e humilde que ajudou a cidade a crescer devagarinho, gabando-se aqui e acolá de alguma obra de pedra lavrada. Efetivamente houve um pedreiro com esse nome, Joaquim Pinto de Oliveira Thebas, que construiu o chafariz da Misericórdia projetado por João da Costa Ferreira”. (Lemos, 1983, p. 161). Desta maneira Tebas nomeia um agente social mitificado, porque um personagem próprio de narrções lendárias dos antigos costumes e fatos da cidade. Quanto a Tebas teria sido bastante esclarecedor se tivessem chegado até nós, além das obras, mais evidências de sua presença na estrutura social. Elas ajudariam a esclarecer vários aspectos da escravidão colonial, da transformação da vida urbana e da evolução do morar e construir na cidade de taipa.

Todavia, é certo que em meados do século 19 o assalariamento, embora ainda raro, havia se tornado cada vez mais freqüente, como forma de compensação pelo trabalho. O fato é que formas incipientes de assalariamento do homem livre conviviam com o aluguel de escravos. Particularmente, nas atividades que exigiam junto com o esforço físico o desempenho de habilidades e conhecimentos profissionais³.

Convém insistir na compreensão desta convivência simbiótica da escravidão com o profissional livre acrescentando que no Brasil o assalariamento de trabalhadores sempre pode coexistir com a organização compulsória do trabalho. Embora, muitas vezes, esta conviven-



1887 - Rua Florêncio de Abreu (antiga rua da Constituição)

cia seja esquecida, ela foi primordial na atividade da construção. Nesta atividade, desde o início da colonização, a organização do trabalho não pode prescindir do profissional livre. Para conhecer como evoluiu esta atividade deve ser lembrado que o artesão português, desde logo, fez uso de escravos ensinando-os a construir para que o auxiliasse ou o substituisse no seu trabalho. Tanto que, ao invés de corporações de ofícios associadas às atividades urbanas independentes, como é a tradição europeia, aqui tivemos uma produção artesanal enfraquecida perfeitamente integrada à economia colonial, que se utilizava do trabalho escravo.

Esta aproximação simbiótica do artesão colonizador com a escravidão corrompeu o tradicional sistema das corporações nos moldes europeus. Neste contexto, a singularidade da economia paulista na Colônia, associada ao uso freqüente da mão-de-obra de origem do indígena, manifestou-se na permanência do uso da taipa por quase três séculos.

3. DA CIDADE DE TAIPA ÀS CONSTRUÇÕES DE TIJOLOS

3.1. A TRANSIÇÃO

É conhecido como em São Paulo, nas últimas décadas do século 19, começa se constituir uma massa de trabalhadores livres. Abolição e a imigração são marcos indelévels nesse processo, em que a difusão do trabalho livre na lavoura e do assalariado na cidade estabeleceram as condições necessárias para o desenvolvimento capitalista.

São Paulo de simples local de passagem obrigatória transformava-se, cada vez mais, em local de concentração das múltiplas atividades decorrentes do desenvolvimento econômico propiciado pela cafeicultura.

O crescimento da cidade, na longa derrocada da escravidão, procurava responder às necessidades de moradia e ao aumento da divisão de trabalho. A instalação da Hospedaria de Imigrantes (1886) em um edifício de grande porte, construído todo em tijolo, num bairro da capital, representava tanto o interesse dos fazendeiros com a imigração europeia, como o seu envolvimento com a maneira burguesa de construir a cidade. Juntamente com as necessidades urbanas que demandavam novas soluções arquitetônicas, novos materiais e técnicas construtivas iam sendo testados acelerando a incipiente industrialização. Por estes anos, a marcha dos negócios e do crescimento da capital vão se expressar numa cidade centralizadora da distribuição do fluxo de trabalhadores, de mercadorias do campo e do exterior, de dinheiro dos fazendeiros e da produção industrial.

A irrupção das primeiras fábricas e do uso de máquinas em várias atividades artesanais, principalmente após a grande imigração dos anos 80 do século passado, refletia a expansão de relações capitalistas na produção de mercadorias. O avanço da reprodução do capital exigia e os desdobramentos da economia cafeeira possibilitava a expansão das condições urbanas. Negócios e trabalho se apresentavam como bons motivos para o fazendeiro e o imigrante morarem na cidade de São Paulo.

Já na década anterior, um jornal da capital noticiava o irromper deste processo descrevendo como estava sendo alterado o cotidiano pela construção, simultânea, de “duzentas e tantas edificações, entre grandes e pequenas... Morar em São Paulo é hoje a moda e sonho dos agricultores do interior e não é facto desconhecido a corrente de novos habitantes já estabelecida do centro da Província para a capital”. (*A Província de São Paulo*, 15/11/1876).

Na análise deste processo de expansão de relações capitalistas está a chave da explicação do ritmo de desenvolvimento industrial de São Paulo e do aumento de sua importância no contexto nacional, que o exame da rápida evolução da população imigrante e dos estabelecimentos fabris como desdobramentos do complexo cafeeiro nas atividades urbanas apenas tem servido para indicá-lo e, infelizmente, reduzi-lo. Ao se discutir este processo como início ou gênese da atividade industrial reduzido à dinâmica populacional e ao aumento do número de fábricas e oficinas ficam omitidas as razões sociais e políticas da expansão capitalista. Também, por este motivo, freqüentemente se desconsidera que mesmo antes da grande imigração, portanto, em momento que nem a população nem o número de estabelecimentos industriais se alteravam significativamente, a emergência de novas relações sociais já estava posta.

Neste texto, com a discussão na perspectiva de superar tal reducionismo e procurando focalizar o âmago do processo, procuramos dar ênfase que já: “Em meio à crise do sistema escravista estendiam-se as relações mercantis como pré-requisito ao desenvolvimento capitalista. São Paulo começava a se definir como centro urbano, tornando-se gradativamente o grande mercado distribuidor de produtos e de mão-de-obra.” (Fausto, 1983, p. 16).

Em meados do século 19, ainda no regime escravista, o “Memorial da Cidade de São Paulo”, de 1863, arrola um grande número de profissionais independentes vinculados às atividades urbanas. Nele constam dezenas de empresários de obras, carpinteiros, mestres-de-obras, pintores e fabricantes de tijolos e telhas; profissionais envolvidos especificamente com a construção, que moravam e trabalhavam nesta cidade. É importante ressaltarmos que neste memorial não aparece com destaque a presença de italianos na atividade da construção que só acontecerá mais tarde com a imigração massiva e com a consolidação do seu desenvolvimento industrial. Será a partir do avanço da industrialização da construção que o grupo de imigrantes italianos estabelecerá um quase monopólio na fabricação de tijolos e telhas e na função de pintores e pedreiros⁴.

Quando no estudo do processo de expansão das relações capitalistas não se desconsidera aquelas razões e nem se esquece dos pré-requisitos necessários à transição para a sociabilidade capitalista, se pode mostrar que a transformação proporcionada pelo novo modo de morar e de construir na cidade aflora antes da chegada das grande levas de imigrantes, e se reforça com a presença destes e do progresso fabril industrial. Na análise deste momento se pode ver que o deslanchar da modernização do morar e construir em São Paulo no século 19 se associa à emergência das novas relações sociais de produção e apropriação da cidade. E mais, que é a partir da transição para estas novas relações que a representação social da ordem econômica emergente passou pela necessidade política e cultural de negar a arquitetura da taipa.



1862 - Rua da Quitanda



1887 - Rua da Quitanda

Reafirmando a proposta deste texto de relativizar a explicação técnica para a evolução do morar e do construir em São Paulo e fundamentá-la na transformação das relações sociais de produção e apropriação da cidade, é importante lembrar que no contexto da escravidão a utilização de escravos modificava a condição do artesão do independente, fazendo deste profissional um quase empresário empregando mão-de-obra escrava. Se o preço de aluguel do escravo não se traduzisse em suficiente rendimento para o proprietário não interessava a este alugá-lo. Referindo-se à duplicidade social do artesão como proprietário de escravos, Morgado de Mateus lamentava-se que "oficial que vem do reino, passado pouco tempo logo se mete a Senhor; compra escravos ... fica recolhendo jornais; estes sobem a preços altos, e ninguém pode fazer obras... e está a cidade por edificar"⁵.

Alugar o escravo constituía um quase assalariamento do trabalho. Modificava-se com a presença deste protótipo de proletário o sentido econômico do tradicional artesão dado o fato do escravo alugado lhe proporcionar uma renda industrial. Considerado como capital, o escravo de aluguel deveria garantir não só a sua subsistência, mas ainda a remuneração do dinheiro-capital que foi gasto na sua compra. Neste contexto, o preço do aluguel de um escravo devia ser calculado incluindo a manutenção da sua pessoa, os juros e amortizações do valor-capital que a sua propriedade passava a representar.

A utilização do trabalho escravo pelo artesão implicava diretamente na formação profissional do cativo. A instrução do cativo pelo artesão era compensadora, tanto por valorizar o escravo enquanto forma de riqueza, como por elevar o seu rendimento ao aumentar o preço do aluguel do trabalho do escravo. De maneira que não seria controverso aceitar que o uso do trabalho do escravo se fez presente nas atividades artesanais da construção desde os primórdios. E, é mesmo plausível considerar que conforme se expandia o comércio colonial e a influência econômica do artesão na vida brasileira, as qualificações profissionais dos escravos se diversificaram e, inclusive, se aperfeiçoaram. Embora seja difícil efetuar uma perfeita avaliação do assalariamento do trabalho e das rendas advindas do aluguel de escravos no trabalho de construção. As indicações apresentadas se mostram suficientes para se considerar a presença do escravo "perito" em construir como um fator que dificultou, senão impediu, o rebaixamento do trabalho a um preço vil.

Para se compreender o deslanchar do processo de transformação do morar e construir em São Paulo é importante lembrar, ainda, que o trabalho escravo não tem a mesma flexibilidade do trabalho livre, mesmo quando o aluguel do escravo revela uma proletarização embrionária. No contexto desta proletarização, significando crescente divisão do trabalho, a presença valorizada do escravo alugado na construção aumentava, ainda mais, o interesse pelo trabalho livre, que era menos oneroso⁶.

Em outros termos, o proprietário de escravos ao forçar o aumento do aluguel do escravo elevava o preço da construção, mesmo colocando em risco a utilidade do seu plantel. Se em alguns momentos o proprietário de escravos pode ter suportado esta tensão com certa facilidade, com o fantasma da proximidade da abolição a propriedade de escravos se tornou relativamente onerosa e tendeu a ficar depreciada, levando ao limite aquela tensão. À medida que a propriedade escravista foi posta em "perigo"; o escravo, a antiga expressão da riqueza tornou-se um "risco", cada vez maior. Os proprietários procuraram diversificar as suas posses e a expressão de riqueza tendeu a assumir novas formas sociais. No bojo deste processo o cálculo do fazendeiro-empresário dava um rumo à transição – metamorfoseando a forma social da riqueza e do enriquecimento – que estava ocorrendo: a propriedade imobiliária substituía, cada vez mais, a riqueza anteriormente representada pela propriedade de escravos⁷.

3.2. AS CONSTRUÇÕES DE TIJOLOS

Na cidade de São Paulo, com a proximidade da abolição e sistematização da imigração, a prosperidade urbana veio acompanhada da elevação do preço da propriedade imobiliária e do desejo de europeizar a cidade. Esta prosperidade configurou numa ansiedade pela transformação: "Os próprios paulistanos sabendo que a Província se enriquecia ... – mostravam-se impacientes com a marcha vagarosa dos acontecimentos. Uma cidade moderna, tinham aprendido, significava 'ordem e progresso'." (Morse, 1954, p. 132)

A cidade florescia. Os fazendeiros buscavam a Europa e permaneciam na capital pelos compromissos de negócios. A Câmara Municipal se desdobrava para estabelecer as novas regras. Sob o projeto de melhorar a cidade, impunha restrições à arquitetura e aos sistemas construtivos tradicionais. A velha taipa começou a ruir.

Edifícios de taipa foram demolidos. No mesmo lugar da cidade antiga se começou a construir uma nova cidade. Como que, "de repente, outros conhecimentos, outras técnicas, outros materiais romperam aquela acomodação baseada na tradição cultural dos velhos tempos. Surgiu o tijolo. Apareceu a alvenaria argamassada contrapondo-se à terra socada..." (Lemos, 1983, p. 37) A atividade de construir era intensa, mas como a cidade foi reconstruída, inicialmente, sobre si mesma não significou um aumento na área urbanizada. A cidade era mantida nos limites do "triângulo central".

A produção imobiliária era extensiva, muito embora se concentrasse no "triângulo". Nos jornais da época encontramos sempre notícias, as mais diferentes, que se referem a essa área mais ativa e próxima da Sé. O recenseamento de 1872 indica que o setor de edificações

concentrava o maior de número de obras e trabalhadores, principalmente nesta área mais central e na Consolação. A rigor, é nesta intensa atividade de renovar a capital, reconstruindo-a sobre si mesma – mera substituição de edifícios –, que se situava a magia do próspero empreendimento na propriedade imobiliária urbana⁸. Neste faz e desfaz, verdadeiro – bota-abaixo e bota-em-pé – construiu-se muito e criaram-se empregos para toda massa de imigrantes endoidecidos que se atolavam em São Paulo. Mas, fique claro, a força motriz para a realização destas construções se constituía nos negociastas endinheirados em grande parte interessados em obter os “bons aluguéis”.

Quanto à ação destes capitalistas, poucos poderiam ter sido mais claros que Henrique Raffard, na época, importante homem de negócios. Para ele, os “capitais paulistas conservaram-se tímidos por muitos anos e só apareciam quando garantidos por boas hipotecas a juros elevadíssimos... Mas prevendo a extinção da escravidão e, conseqüentemente, a depreciação das propriedades agrícolas, e temendo a baixa de todo título particular ou público,... os capitais paulistas atiraram-se então sobre os prédios e os terrenos da Paulicéia. ... a fim de dar emprego a seus dinheiros desocupados.” (Raffard, 1977, p. 33)

Investia-se na produção imobiliária urbana, jorrando rios de dinheiro nascidos com o café. Investia-se na construção realizada em terras, muitas vezes, adquiridas gratuitamente na municipalidade. A compra de escravos era considerada, cada vez mais, uma aquisição de risco, dada a possibilidade de perda do investimento inclusive para a agricultura. A eventualidade da abolição ou da fuga coletiva de escravos estavam sempre presentes “em conseqüência de acontecimentos políticos que podiam surgir a todo momento...” (Raffard, 1977, p. 33). A propriedade imobiliária se tornava a mais importante forma de riqueza e a preferida para buscar o enriquecimento.

A vinda dos fazendeiros para a capital reforçou, junto com a emergência das camadas intermediárias urbanas, a busca da construção monumental como privilégio no mercado imobiliário. A moradia urbana, objeto de todos os cuidados, tornava-se uma manifestação exterior da riqueza do seu proprietário, o que desenvolvia um mercado imobiliário diversificado. Os primeiros tornavam-se proprietários de palacetes, os outros quase nunca podendo comprar contentavam-se com confortáveis residências de aluguel.

A rigor, esta diversificação do mercado com construções novas pretendendo a monumentalidade arquitetônica e aluguéis elevados era apenas a face valorizada e privilegiada de um mercado imobiliário excludente que se engatinhava articulado ao mercado de trabalho em formação. Assim, o mercado imobiliário urbano se constituía excluindo e segregando o trabalhador assalariado, porque de início, este último quase nada adquiriu e o cômodo de aluguel, desde o início, tornou-se na modalidade dominante de moradia operária⁹.

Nessa estratégia de valorização, o mercado imobiliário mudava e formava novos valores urbanos. Neste contexto, o sentido da busca por uma arquitetura com monumentalidade serve bem como índice cultural e econômico da valorização moral e monetária da propriedade urbana. É visível como os códigos municipais procuravam estabelecer as normas para



1862 - Rua do Comércio



1887 - Rua do Comércio

uma nova relação – material e moral – entre arquitetura e vida urbana. Afirmavam a representação material do poder econômico, onde o monumentalismo dos edifícios oficiais e daqueles destinados à moradia tornou-se um dos elementos básicos da transformação burguesa fundada na ostentação desavergonhada do luxo, do falso e do envelhecido. A ostentação de riqueza apoiada na suntuosidade e na despersonalização do construído foi o caminho para o vulto do copismo de modelos históricos da arquitetura européia. As exigências impostas pelo gosto dos ricos fazendeiros, que se aburguesavam, caracterizaram as obras e começaram a influenciar além da prática o ensino da arte de construir. Neste quadro, se pode compreender porque “arquitetos e engenheiros dessa época orgulhavam-se de imitar com perfeição, até nos detalhes, os estilos de todas as épocas...” (Reis Filho, 1978, p. 159).

O ritmo das construções urbanas fazia da cidade a imagem de um grande canteiro de obras. A nova configuração da vida urbana mostrava que “em termos de bem-estar material,

seus extremos estavam à maior distância do que em tempos mais antigos... a disparidade entre o palacete e o cortiço constituía uma ironia e deu lugar a um mal-estar que a coexistência do sobrado e da choça de pau-a-pique não tinham comportado". (Morse, 1954, p. 211).

No bojo desta transformação no morar e construir emergiam na cidade outras tensões sociais: conflitos raciais e de nacionalidades. Em 1887, o relatório do chefe de polícia ao presidente da Província assinala a sua preocupação com o envolvimento de negros e italianos em conflitos de rua.

Energia, como tensão social moderna, na construção da cidade, a luta pelo espaço entre proprietários e despossuídos; no trabalho, o conflito entre patrões e empregados. Na cidade se extremavam as condições materiais de existência, no meio urbano a distância social se tornava maior e mais conflitiva do que em tempos passados.

É a partir deste sentido moderno das lutas e conflitos assinalados – como fundamento social e político das condições de apropriação e produção do espaço urbano – que referenciamos a assertiva: a constituição da moderna propriedade da terra e a transformação do trabalho pelo assalariamento estão no âmago da emergência de relações sociais capitalistas do morar e construir na cidade.

A produção imobiliária urbana no desenvolvimento capitalista da construção, combinando exploração do trabalho de construir e espoliação do morador despossuído, através da propriedade imóvel, como mercadoria, se constituiu em instrumento de enriquecimento e reserva de riqueza.

Na unidade destes processos – exploração e espoliação –, problematizamos a construção-transformação-produção da cidade. As construções com tijolos materializavam uma nova sociabilidade e reificavam as novas relações sociais. De maneira que nas desigualdades da modernização de São Paulo, desde o início, estão presentes as fortes tensões sociais do desenvolvimento capitalista na produção e apropriação do espaço da cidade: a nova arquitetura materializava e reificava estas desigualdades e tensões.

4. ELIMINANDO VESTÍGIOS, APROFUNDANDO SEQUÊLAS

A cidade de São Paulo, como dissemos, em meados do século 19 era ainda uma cidade de taipa. Começava vagarosamente a se transformar com a emergência de novas formas de propriedade da riqueza e de enriquecimento.

Foi, porém, com a efervecência da economia cafeeira nos anos 70, que esta transformação começou a marcar significativamente a arquitetura. Os melhoramentos urbanos eram como que uma "segunda fundação de São Paulo", no dizer de Eurípedes Simão de Paula, para Pierre Monbeig ela havia se transformado na "Capital dos Fazendeiros". A partir da década seguinte, no bojo deste processo, a grande imigração europeia e a irrupção das primeiras fábricas aceleraram a marcha dos acontecimentos.

O desejo de europeização caracterizou uma estratégia de "branqueamento" da cidade e da sociedade, onde negar a cidade de taipa para reconstruí-la, em seguida, com tijolos, não pode ser, como já discutimos, reduzida a uma explicação da transformação urbana determinada pela adoção de técnicas construtivas consideradas superiores. Foi a avidez dominante de burgueses endinheirados ansiosos em transformá-la abruptamente numa cidade européia que impediu até aos mais enraizados moradores de se orgulharem de suas tradições.

Nesta transformação da cidade, que percorreu a segunda metade do século 19, não era apenas o traço popular e provinciano da construção tradicional na cultura urbana paulista que tinha entrado em crise. Algo mais amplo e complexo estava acontecendo. Esta primeira modernização expressou os sinais da crise da escravidão e da emergência de uma nova sociabilidade. Na cidade considerada antiquada e provinciana, a taipa de pilão comprometia o projeto civilizador dos fazendeiros.

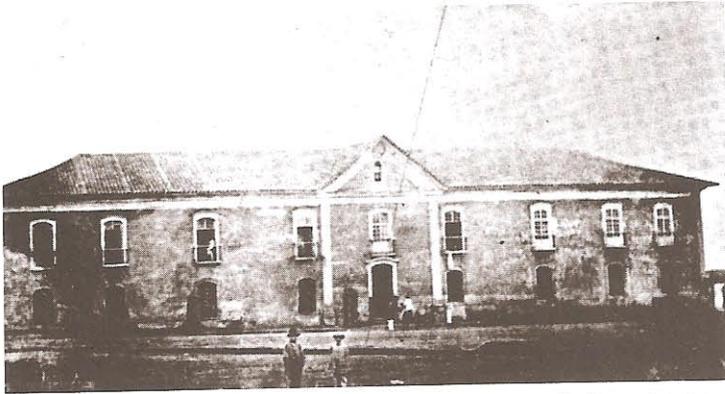
"Não se toleravam evidências por demais notórias de comportamentos que levantassem a suspeição de que a comunidade fosse 'atrasada' e 'provinciana'..." (Fernandes, 1965, p. 45). O interesse e o gosto dominante pela monumentalidade emergia na política desenfreada de construções e impunha-se como se fossem geral e coletivo, construindo a cidade e conformando a vida.

Mas, se no mercado imobiliário em formação alguns podiam encomendar palacetes ou alugar mansões confortáveis, muitos ficavam lançados à sua própria sorte alugando porões encortçados. O esforço civilizatório ditava as novas regras da convivência social. Pobres e ricos, cada um começava a encontrar seu lugar.

É claro, a nova sociabilidade com base no trabalho livre não se realizava na substituição da técnica construtiva ou na troca dos edifícios de taipa pelo de tijolos. Ao contrário, esta substituição e esta troca, em parte, reificava a nova sociabilidade, além de ser parte da sua materialidade. Por isso, dizemos que entender a reconstrução de São Paulo no final do século 19 como substituição de técnica ou de edifícios naturaliza o processo social, capta apenas sua aparência e recobrando a real transformação: a transição capitalista para as formas de produção e apropriação da cidade.

A partir desta conclusão se pode questionar a visão da técnica como determinante da substituição da taipa pelas construções com tijolos e tomar consciência do repúdio social aos antigos trabalhadores – aos taapeiros de tradição. Na recusa a empregar o mameluco, o cafuso, o mulato e o negro, pela estratégia discriminatória de preferência ao branco europeu, se depreciava o trabalho para negar a arquitetura da antiga cidade. Junto com a taipa, trabalhadores iam sendo eliminados da "Capital dos Fazendeiros".

Na raiz deste fenômeno está a estratégia de "branqueamento", que associava a construção da nova cidade de modelo europeu com a formação de um amplo mercado de trabalho. Nesta estratégia trabalhadores nacionais recebiam uma remuneração pior que a do europeu. Este rebaixamento social do trabalhador brasileiro atingia inclusive profissionais artesãos. Discriminatoriamente os "serviços que oferecessem perspectivas lucrativas, mesmo



1887 - Assembléia Provincial e Câmara Municipal
(Cadeia, reedificada em 1878)



1862 - Cadeia, sala da Câmara e do Jury

que fossem modestas... eram feitos pelos italianos... os negros se viam obrigados a trabalhar para os italianos em condições 'escorchantes'" (Fernandes, 1965, p. 51). Assim, não é por acaso, que o desajustamento estrutural do trabalhador brasileiro é, muitas vezes, apontado como uma das faces de convergência das políticas de imigração e da abolição. No projeto dos fazendeiros de café a valorização de tudo que era estrangeiro se realizava em sincronia com o desprestígio do nacional.

Para a elite cafeeira, mescla de fazendeiros e empresários urbanos, o que estava em jogo na europeização, desde o início, não era apenas a organização de um amplo mercado de trabalho, mas a criação de bases materiais e morais para uma nova organização da sociedade. Por isso, após a grande imigração a discriminação favorável à presença do europeu na construção, tornou esta atividade quase um mo-

nopólio do grupo de italianos. Isto, certamente, favoreceu a identificação do italiano com o projeto da burguesia cafeeira e este grupo soube responder de modo eficiente ao anseio de europeizar São Paulo.

De forma que, também, não é por acaso que a avidez da elite em se desfazer dos vestígios do passado e acelerar os negócios da urbanização, da imigração e da indústria paulista, aprofundou as reais e enormes seqüelas da escravidão. A política de construções arquitetada pelos fazendeiros dava origem, como dissemos, a um mercado de trabalho discriminatório e a um mercado imobiliário excludente. Desigualdades e tensões sociais modernas estavam nascendo.

Assim, discriminação e exclusão se encontram nas raízes da modernização da cidade de São Paulo como construção da nova ordem. Nesta construção social negando tradições do passado e criando outras, em 1900, ela poderia ser considerada tanto a capital dos fazendeiros, uma metrópole do café ou uma cidade italiana. Era uma cidade inteirinha nova, – moderna – toda reconstruída em alvenaria de tijolos.

5. NOTAS

(1) Na província de São Paulo a escravidão negra cresce com a cafeicultura. Durante os anos de 1823 e 1887, a população escrava quintuplicou, saindo de 21.000 escravos chegou a 107.829.

(2) Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1^o de agosto de 1872. *Quadros Estatísticos*, v. 19, Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger e Filhos, 1873-1876.

(3) É freqüente a menção do uso do trabalho assalariado ao lado do trabalho escravo na construção. Antonil faz alusão a essa convivência na olarias dos engenhos de açúcar; Thomas Ewbank quanto à construção como que admirado afirma: "Já vi escravos trabalhando como carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de cartazes e ornamentos, fabricantes de carruagens e escrivanihas e litógrafos. É também verdadeiro que esculturas em pedras e imagens sagradas em madeira são freqüentemente feitas com admirável habilidade pelos escravos e negros libertos." (Ewbank, 1976, p. 152). Tendo como referência o Brasil Meridional, Octávio Ianni aponta que escravos e homens livres, "conviveram em graus diferentes na diversas ocupações produtivas". (Ianni, 1962, p. 158).

(4) Cabe lembrar que os alemães foram os primeiros estrangeiros a influírem na arquitetura paulista, só posteriormente é que predominaram na capital, os mestres-de-obras, arquitetos e engenheiros italianos.

(5) Cf. "Correspondência de Morgado de Mateus" (apud Simão, 1966, p. 10).

(6) Tendo em vista a maneira com que são apresentados os dados do recenseamento de 1872, seria importante verificar, através de outras fontes, se os trabalhadores livres alocados em "Edificações", eram proprietários de escravos em que proporções. Provavelmente, haviam vários proprietários de um ou de poucos escravos, e possivelmente até em proporções maiores do que a de trabalhadores livres assalariados, visto que durante a escravidão era comum os artesãos se fazerem senhores de escravos.

(7) "A valorização das terras e o declínio dos escravos inserem-se no quadro da passagem ao trabalho livre; a instalação da rede ferroviária, obra do capital cafeeiro, possibilitou e garantia a própria expansão cafeeira." (Mello, 1985 p. 99).

(8) As paróquia da Sé e da Consolação congregavam mais da metade dos trabalhadores de edificações do município de São Paulo. Cf. (Recenseamento de 1872).

(9) Uma discussão a respeito do cortiço como forma de moradia dominante entre o proletariado no início da industrialização em São Paulo, encontra-se no capítulo II, "A Condição Proletária de Existência", In: Kowarick, 1981, p. 266/336).

(*) Todas as imagens foram cedidas pelo autor.